

ATA DA 36ª PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA TELEFÔNICA DO XV PLENÁRIO DO CFP

4 de maio de 2013

BRASÍLIA - DF

Data: 4 de maio de 2013, terça-feira.

Duração: das 19:22 às 22:06.

- Pauta**
1. DELEGAÇÃO DO CFP PARA A APAF
 2. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CFP REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2012
 3. ACOMPANHAMENTO DOS GRUPOS DE TRABALHO.
 - 3.1. GT AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E DIREITOS HUMANOS.
 - 3.2. REVISÃO DA POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA.
 - 3.3. ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS.
 - 3.4. LAICIDADE E PSICOLOGIA.
 - 3.7 CREPOP - POLÍTICA INDUTORA.
 4. PROJETO DE LEI DA TERCEIRIZAÇÃO.

- Participantes**
- DIRETORIA:**
1. Humberto Verona – Presidente
 2. Clara Goldman – Vice-Presidente
 3. Deise Nascimento – Secretária
 4. Aluizio Brito - Tesoureiro
- CONSELHEIROS PRESENTES:**
5. Monalisa Barros
 6. Ana Paula Noronha
 7. Angela Caniato
 8. Celso Tondin
 9. Heloiza Massanaro
 10. Henrique José Leal
 11. Maria Ermínia Ciliberti
 12. Marcia Mansur.
 13. Roseli Goffman
 14. Sandra Amorim
- CONSELHEIROS AUSENTES:**
15. Ana Luiza de Souza Castro
 16. Marilda Castelar
 17. Marilene Proença
 18. Flávia Lemos
 19. Adriana Eiko
 20. Cynthia Ciarallo
 21. Tânia Suely A. Brasileiro

Handwritten notes and signatures on the right margin:
 AF
 44
 10
 17
 21

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page:
 [Signatures]

ACOMPANHAMENTO DOS GRUPOS DE TRABALHO: - GT AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E DIREITOS HUMANOS.

A conselheira Ana Paula Noronha apresenta o ponto, resgatando a origem do Grupo de Trabalho, como um GT herdado da última APAF de maio, após a finalização do trabalho do GT Escala Hare.

A tarefa deste novo GT: Avaliação Psicológica e Direitos Humanos foi:

- ✓ Criar critérios para constituição da comissão consultiva;
- ✓ Mapear as áreas de pareceristas ad-hoc;
- ✓ Reavaliar a Escala Hare para APAF de dezembro.

Sobre a primeira tarefa de construir critérios para a constituição da comissão consultiva, o grupo concluiu que a comissão deve renovar os membros, garantindo que outra parte se mantenha para dar continuidade ao trabalho desenvolvido.

O grupo também reuniu nove pareceres sobre a Escala, dos quais cinco pareceres eram a favor, e quatro contra. Assim, o GT sugere que se mantenha a própria comissão de avaliação o teste Escala Hare, para que se aprofunde a análise.

A conselheira Ana Paula também relatou quais foram os trabalhos concretizados por esse GT. Além da realização dos prêmios, também participaram da abertura do seminário sobre Avaliação Psicológica, assim como do seu encerramento. A conselheira segue com a descrição de todas as ações realizadas pelo GT, que totalizaram 12 mesas temáticas no ano de 2012.

O conselheiro presidente Humberto Verona faz o primeiro encaminhamento do GT para a Apaf: Formulados os pareceres a favor e outros contra, cabe a comissão, a partir da resolução tomar um posicionamento em relação ao teste.

Conselheira Ana Paula retoma a palavra reafirmando que o GT também realizou as outras duas tarefas.

A conselheira Clara Goldman faz uma intervenção para indagar sobre quem foram os pareceristas que se posicionaram contra e/ou a favor do respectivo teste. Em resposta, a conselheira Ana Paula, apresenta lista de nomes de pareceristas e seus posicionamentos.

Novamente o conselheiro presidente retoma a palavra para abrir o debate, sobre se esse plenário vai aprovar a proposta do GT para APAF, ou seja, se o teste denominado Escala Hare retorna a comissão para uma outra análise mais aprofundada sobre as questões éticas e técnicas.

A conselheira Marilda pede para ser relida a proposta dos critérios de composição da comissão e pergunta se é nesta proposta houve um critério percentual de paridade.

A conselheira Ana Paula relata, novamente, os critérios já apontados para esclarecer a dúvida.

A conselheira Marilda, após ouvir o relato, apresenta uma contraproposta ao plenário sobre os critérios de constituição dessa comissão. A proposta consiste em uma composição paritária dos integrantes, e especifica que, na comissão, deve se ter pelo menos 50% de representantes da temática dos Direitos Humanos. Propõe ainda que este critério não deixe de reconhecer os critérios técnicos já consolidados.

O presidente Humberto, para esclarecer, pergunta o que ela está propondo como paridade. Ao mesmo tempo em que a conselheira Clara, retoma a fala, e questiona se o que será apresentado na APAF são critérios construídos pelo GT.

Prontamente, a conselheira Ana Paula Noronha responde às questões, expondo que foi muito difícil trabalhar porque o grupo não teve agenda para fazer um encontro presencial; outro fator que potencializa essa dificuldade é o esvaziamento do tema do teste da Escala Hare, e conclui que quanto mais rápido finalizar o processo de avaliação, melhor será para a categoria.

O conselheiro Aluizio pede palavra e faz um relato sobre ações conjuntas das comissões de Avaliação Psicológica e Direitos Humanos, cujo resultado foi à formulação de um conjunto de critérios, objetivos, técnicos e detalhados no campo de Direitos Humanos, para incluir na resolução da Escala Hare. Pois os critérios da resolução serão anteriores às pessoas que formarão as Comissões. Esses critérios já foram avaliados pela comissão, e o resultado será apresentado na APAF.

Clara, pergunta se resolução sobre os testes já está sendo utilizada. Se esta nova resolução só tratará de indicadores de análise, para formação da comissão, de reavaliação da Escala Hare.

O presidente Humberto, mais uma vez, destaca que o problema não está no teste em questão, mas nos inúmeros testes que afrontam o código de ética e as resoluções, e concorda que este debate aberto deve abranger todos os testes psicométricos. E referenda, assim, a importância de construir requisitos para compor essa comissão, que terá a função de avaliar e validar um conjunto de testes.

Desse modo, o presidente encaminha que é necessário ter clareza dos requisitos a serem utilizados na composição dessa comissão. E este plenário precisa aprovar esses requisitos, para levar esse posicionamento para APAF.

Handwritten signatures and initials: OK, [unclear], [unclear], [unclear]

Handwritten notes and initials on the right margin: [unclear], [unclear], [unclear], [unclear], [unclear]

Novamente o presidente Humberto repassa os pontos com o plenário para aprovação, e destaca que a comissão deverá ter pelo menos um especialista em Direitos Humanos.

Nesse momento, o conselheiro Aluizio intervém e destaca a necessidade do plenário conhecer bem esses critérios, não só o da comissão, mas os critérios técnicos de aprovação dos testes, antes de se posicionarem para levar para APAF.

A conselheira Clara faz uma intervenção sobre a articulação entre as comissões de Avaliação Psicológica e de Direitos Humanos. Para tanto a conselheira Deise explica que esses critérios foram exaustivamente discutidos em plenária, para a última APAF (Dezembro de 2012), e que o encaminhamento a ser defendido (desde Dezembro de 2012) seria revalidar esses critérios.

Desse modo, o presidente Humberto conclui que, até o momento, o GT não conseguiu produzir o resultado esperado, mesmo com todo esforço da conselheira Ana Paula Noronha, de fazer esse diálogo entre Avaliação Psicológica e Direitos humanos. Lembrou que o CFP não tem uma proposta definida sobre o Teste Escala Hare. Logo, o que se deve levar para APAF é a continuidade da discussão dos critérios.

O conselheiro Aluizio mantém a proposta de levar o trabalho realizado pela comissão para a aprovação em APAF, e justifica que isso não atrapalharia em nada a proposta de continuidade do debate e aproximação entre as comissões.

A conselheira Clara propõe que se inclua o nome do Pedro Paulo Bicalho na Comissão, como representante do CFP no tema de Direitos Humanos. O presidente Humberto verifica se todos aprovam, Ana Paula questiona, o conselheiro Aluizio propõe levar nomes para a plenária avaliar. A proponente Clara concorda, mas solicita que se informe em APAF que CFP indicará um especialista em Direitos Humanos.

O plenário aprovou os seguintes encaminhamentos:

- ✓ Que a Escala Hare retorne para a CCAP formar uma posição quanto ao teste.
- ✓ Que o debate sobre os critérios para análise dos testes continue, pois a CNDH construiu uma proposta que está sendo avaliada pela CCAP, ambas acompanhadas pelo CFP.
- ✓ Informar na APAF que o CFP está verificando uma pessoa do campo dos direitos humanos para compor a CCAP.

ACOMPANHAMENTO DOS GRUPOS DE TRABALHO:

- REVISÃO DA POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA.

O conselheiro Aluizio, como responsável pelo ponto, pede para rever o que foi aprovado na última APAF, quando já tinha sido aprovado um roteiro para Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia, e o GT saiu com a tarefa de fazer uma consulta aos regionais. A tarefa continha, ainda, a proposta de montar, junto com as assessorias locais, um encontro para debater essas contribuições regionais, que seriam sistematizadas com assessoria do Fernando Aith. E finaliza a apresentação do ponto com o encaminhamento de levar esse ponto para próxima APAF - em dezembro, pois como ainda não houve esse encontro a tarefa não foi cumprida.

O presidente Humberto retoma a palavra e revê o plano de trabalho do GT, destacando que o prazo real de finalização da tarefa é APAF de Dezembro de 2013.

A conselheira secretária Deise Nascimento retoma os encaminhamentos da APAF de dezembro de 2012 e aponta que para APAF de maio haveria a apresentação do trabalho realizado para uma avaliação do GT.

O conselheiro Aluizio intervém e propõe que este ponto seja apenas um informe sobre o andamento do trabalho do GT. Inclusive que este pode ser incluído na pauta da reunião de presidentes.

A conselheira Ermínia, pergunta se a assessoria do Fernando Aith, já foi contratada, pois ela esteve com assessor e esse ainda não havia sido contratado.

O conselheiro Aluizio responde que vai verificar, e explica que ainda falta cumprir algumas etapas do trabalho pois muitos CRPs ainda não enviaram suas contribuições. Na realidade, o CFP ainda não teria em mãos o material de trabalho para fazer a análise.

Humberto Verona faz umas explicações e propõe encaminhar a contratação do Fernando Aith, imediatamente e finaliza o ponto encaminhando o ponto do GT da Revisão da Política de Orientação e Fiscalização como informe para APAF. Acrescenta também neste encaminhamento, o envio de ofício cobrando contribuições dos regionais sobre a política de orientação e fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia.

Por fim, a conselheira Marilda Castelar sugere fazer um levantamento de participação dos CR nos GTs de APAF.

Os encaminhamentos aprovados neste ponto foram os seguintes:

✓ Informar na APAF o andamento do GT Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia.

✓ Que o CFP providencie a contratação da assessoria especializada do Dr. Fernando Aith.

✓ Que o CFP encaminhe imediatamente ofício para todos os CRPs que não enviaram as contribuições.

ACOMPANHAMENTO DOS GRUPOS DE TRABALHO:

- ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS.

O presidente Humberto abre o ponto e relata que o material produzido pelo GT foi uma minuta de referência técnica, que será encaminhada para os regionais na 3ª remessa de materiais para APAF. E resgata que o GT tinha a tarefa de apreciar uma minuta de resolução, que construiu critérios rigorosos para credenciamento de instituições para usuários de drogas, as conhecidas comunidades terapêuticas.

O conselheiro Aluizio pede a palavra, apresenta o trabalho do GT, e expõe que a proposta do GT, para levar para APAF, é de ampliar o escopo da minuta trabalhada. Nessa fala, o conselheiro aproveita a oportunidade para explicar como foi o processo de trabalho do GT.

A conselheira Clara pergunta qual tipo de documento vai ser produzido. E continua explicitando os conceitos de referência técnica, sobre a vinculação deste termo ao Crepop. Por fim a conselheira alerta que se deve cuidado com o uso de termos.

O conselheiro Aluizio, logo após a pergunta, esclarece informando que o objetivo do documento é direcionar as equipes de orientação e fiscalização.

O presidente Humberto lança algumas questões sobre o avanço da política de álcool e outras drogas no país, frente a capacidade de trabalho do GT, e reflete sobretudo o quanto esse pode estar defasado. E indaga: qual será a função estratégica do GT? Ampliar?

A conselheira Clara propõe que esse documento de orientação, ética e técnica, possa abranger todos os aspectos da política de saúde e assistência social, voltadas aos usuários de álcool e outras drogas. Logo, a conselheira propõe que este documento tenha uma ampliação no seu conteúdo.

Mais uma vez o conselheiro Aluizio volta a explicar a dinâmica do tema, e destaca que este GT se originou de uma reunião de COE e COF.

Como uma preocupação específica de desenvolver referências éticas técnicas, restritas à orientação e fiscalização. E propõe levar a proposta do GT para APAF, para abrir a discussão sobre a ampliação do tema conforme a dinâmica da política. Pois, hoje, o documento só responde a um pequeno campo de atuação do Sistema Conselhos sobre a temática.

A conselheira Heloíza Massanaro pede a palavra e lança para a plenária a sua preocupação em ampliar, mais uma vez, a ação de um GT. e contra argumenta o quanto essa proposta pode vir a engessar as outras frentes de atuação do Sistema Conselhos sobre o tema.

As conselheiras Clara, Deise e Heloíza passam a argumentar qual o limite da ação do GT e propõem ampliar apenas a nota / referencia técnica para subsidiar melhor a orientação e fiscalização, mas não ampliar a atuação do GT para não impactar a condução da política do Sistema Conselhos no tema de álcool e outras drogas.

O presidente Humberto concluiu que o encaminhamento da tarefa do GT será qualificar a nota, para orientar o trabalho da Psicologia na rede de cuidados do usuário. E na política, o posicionamento sobre o tema, continua a ser cuidado pelo CFP, na sua articulação com outras entidades.

A conselheira Ângela Caniato intervém propondo uma ação nacional, que envolva discussões (sociais, políticas e técnicas) com diversos setores, sobre a política de álcool e outras drogas. Em resposta o presidente Humberto alerta que o Congresso Nacional de Psicologia - CNP terá esse espaço.

Encaminhamentos:

- ✓ Informar na APAF que o GT continua discutindo o assunto e solicitar que as tarefas do GT sejam entregues na APAF de dezembro/2013.
- ✓ Propor que o GT incorpore no documento técnico orientações sobre o trabalho dos psicólogos na rede de cuidado de usuários de álcool e outras drogas (para além das comunidades terapêuticas).

PDC 234

A conselheira Clara apresenta alguns informes sobre as ações do dia anterior, inclusive relata que a atuação do CFP sobre o PDC 234 surtiu grandes efeitos na mídia com uma notícia do Estadão que relatava que Governo e CFP se posicionam contra aprovação do PDC 234, com entrevista com Gustavo Bernardes, da Secretaria de Direitos Humanos.

O conjunto de ações na mídia, com programas de rádio, levou a recebermos uma ligação do Procurador do Conselho Regional de Arquitetura do Rio de Janeiro, para manifestar seu apoio. As ações de posicionamento do CFP foram muito intensas e refletiram na solicitação do PSDB, ao deputado

Handwritten signatures and initials: UPB, OK, STX, and other marks.

Handwritten signature: amoc

Handwritten notes on the right margin: 44, 14, 12, 13

João Campos, para retirar a ação do PDC 234 e manter a resolução do CFP. Uma vez que, o PDC estava na pauta para ser apreciado na próxima semana.

O presidente Humberto faz uma intervenção e afirma que este relato retrata o resultado das ações de pressão do CFP, junto com a sociedade.

A conselheira Clara traz outra questão sobre esse tipo de articulação, que é a participação dos regionais. O quanto será importante a participação desses na busca de adesão de outros conselhos profissionais, sob o mote de garantir a autonomia de nossas autarquias. Para inclusive desmistificar que só quem luta por essa resolução do CFP são os movimentos ligados a bandeira gay.

O relato continua destacando que ainda foram gravadas mais duas entrevistas, uma da Carla da Biancha para a TV Record sobre o PDC, e outra para TV Brasil.

Humberto fecha ponto, e pede para incluir este ponto na pauta da reunião de presidentes, com encaminhamento da conselheira Clara de que os Regionais se mobilizem com outros conselhos profissionais, para apoio ao CFP. Nesse momento a conselheira Heloíza sugere levar também essa proposta de mobilização desses para o Conselhão e Conselhinho.

Encaminhamentos:

- ✓ Que o CFP faça articulações no Conselhão e no Conselhinho; e, os CRPs façam articulações nas suas regiões buscando parcerias contra o PDC 234/2011 uma vez que esse PDC fere a autonomia dos Conselhos Profissionais.
- ✓ Incluir informe sobre o PDC 234/2011 no ponto de pauta de Presidentes
- ✓ CFP solicitar que o PDC 234/2011 seja incluído na pauta do Conselhão e do Conselhinho.

INFORME - REUNIÃO COM POLÍCIA FEDERAL SOBRE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA PORTE DE ARMAS DE VIGILANTES

Houve uma reunião entre a Polícia Federal e o CFP (Conselheiro Humberto e Fabián Javier) para discutir a questão dos psicólogos que trabalham nas empresas de segurança não poderem realizar avaliação psicológica para porte de armas dos vigilantes, pois a PF tem sido questionada se realmente há conflitos de interesse nessas situações haja vista que contratar outro psicólogo para realizar a avaliação tem onerado as empresas.

Humberto informou que as empresas questionaram a polícia, que está questionando o CFP sobre os critérios da resolução, sobre ter de contratar outro psicólogo para avaliar os funcionários.

[Handwritten signatures and initials: "AF", "R", "RP", "OK", "SIX", "A", "Aure"]

Outro ponto discutido na reunião foi o conjunto de testes que são usados na polícia federal, pois eles pretendem simplificar a bateria de processos.

A proposta do Fabián é de que o CFP não precisa acompanhar, discutir ou avaliar os testes implementados no âmbito da Polícia Federal. Todavia o CFP precisa discutir os aspectos psicológicos e emocionais que uma pessoa precisa ter para possuir o porte de armas. Quais as características que o psicólogo precisa avaliar nessa pessoa. Assim, o CFP junto com a Polícia Federal deve definir os requisitos, e só então o profissional da Psicologia poderá escolher seus instrumentos, testes e métodos para fazer essa avaliação.

O resultado da reunião foi a constituição de um Grupo de Trabalho entre Polícia Federal e CFP para elaborar um conjunto de requisitos, pois não dá para discutir apenas testes, mas sim, quais são os elementos, os fenômenos, os fatores que precisam ser avaliados para posse de armas. Então o Fabián já se disponibilizou para fazer parte deste grupo.

Neste caso, o presidente convida a conselheira Ana Paula para compor o grupo, e pergunta ao plenário, se há mais alguma indicação, de nome ou instituição.

A conselheira Ana responde que gostaria de compor o grupo e indica também a necessidade de se ter integrantes do IBAP e da ASBRO.

O conselheiro Humberto encaminha que assim que a Polícia Federal enviar-nos o ofício formalizando tal parceria, o CFP deve encaminhar um convite às duas instituições citadas.

Encaminhamento:

✓ Compor um grupo de trabalho com a Polícia Federal para discutir o assunto. Representantes do CFP no grupo: Conselheira Ana Paula, Fabián Javier Rueda, um representante do IBAP e da ASBRO (fazer convite as instituições somente após o CFP receber o ofício da PF oficializando o grupo).

LAICIDADE E PSICOLOGIA

A conselheira Roseli abre o ponto com a leitura da folha de rosto do ponto para APAF, e relata as ações do GT.

A conselheira informa que foram realizadas 3 reuniões telefônicas cujo principal resultado, foi uma minuta construída pelo GT, a ser encaminhado para APAF. Essa minuta trata do posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia sobre Psicologia, Laicidade, e um artigo sobre: considerações sobre Psicologia, Laicidade Espiritualidade e Direitos Humanos.

A conselheira alerta que diante da complexidade transversalidade do tema, o grupo não conseguiu dividir a minuta em eixos, como previa a tarefa.

Dentre os desdobramentos propostos pelo GT para futuras ações estão:

- ✓ Divulgação da Minuta nas Mídias;
- ✓ Elaboração de uma nota técnica sobre laicidade e Psicologia;
- ✓ Hot-site sobre o tema;
- ✓ Realização de seminários regionais e federal sobre o tema;
- ✓ Enviar uma carta para universidades para solicitar indicação de nomes que possam contribuir com os seminários;
- ✓ Houve a indicação já de alguns nomes e entidades: Pedrinho Guareschi, Edênio Vale, Ronilda Ribeiro da ANPEP, FENPB, ULAPSI e ABEP, além da OLE;
- ✓ Contratar uma empresa para realizar pesquisa sobre o tema.

A conselheira Ângela Caniato sugere um nome para contribuir com esses seminários, Regina Abeche, que discute ciência e religião.

O presidente Humberto pede a palavra e avalia que o GT está propondo muitas atividades, para um período de tempo curto, que é este ano de 2013. A proposta do Presidente é levar para APAF de maio apenas alguns dos encaminhamentos do GT, e deixar o restante para APAF de dezembro de 2013, a exemplo dos seminários e da realização de pesquisa, pois essas são ações trabalhosas de gestão e mobilização.

Humberto Verona fala que chegou a Diretoria a demanda de criar/participar do Movimento pela Laicidade do Estado-MEEL, mas, foi avaliado que não seria oportuno abrir mais uma frente de trabalho para essa gestão do CFP, diante da atual capacidade operacional da casa e para fechar bem todas as frentes já abertas durante a gestão.

O Presidente falou ainda que propõem levar para Apaf de maio apenas a elaboração de uma nota técnica sobre Laicidade e Psicologia e do Hot-site sobre o tema.

A conselheira Roseli concorda, mas destaca que esse assunto é transversal a todas as frentes do CFP.

A conselheira Roseli descreve os anexos da nota técnica, que deverão ser aprovados pela APAF.

A conselheira Clara intervém e solicita leitura do parecer, para conhecimento e sugestão, A conselheira Roseli propõe a leitura de um resumo. Todos aprovam a leitura.

A conselheira Clara retoma a palavra e faz questionamentos sobre a crítica que o texto faz ao fundamentalismo. Em resposta, a conselheira Roseli faz ressalvas sobre como o texto aborda o fundamentalismo, esclarecendo aos questionamentos da conselheira Clara.

O presidente Humberto encaminha que todos devem receber o texto. A conselheira Roseli aproveita o espaço e explica que o autor do texto estará na APAF, pois o CRP-06 foi quem pautou o tema para APAF, e levarão o autor como convidado.

A conselheira Roseli lê, agora, o parecer/minuta de posicionamento do GT que será levado a APAF. E faz um comentário sobre como o trecho do parecer inseriu, com sensibilidade, o debate da religião nas universidades, destacando que esta inserção não se constitui como aporte curricular, mas como debate ampliado do tema.

A conselheira Clara elogia o trabalho do GT, mas alerta que o texto tem caráter de manifesto, que deflagra um posicionamento, todavia não se constitui como um parecer. E na continuidade, contra argumenta sobre como abordar os aspectos éticos e técnicos incompatíveis com a prática religiosa no âmbito profissional. Pois o problema aparece quando, no acolhimento e atendimento, aparecem aspectos da religião.

O conselheiro Aluizio sugere a incorporação do artigo do código de ética no parecer.

O presidente Humberto busca fechar o ponto e pergunta se há mais alguma contribuição. Nesse momento, o conselheiro Aluizio destaca a colocação do artigo do Código de ética. Em resposta, a conselheira Roseli confirma a inserção das contribuições de Aluizio e Clara.

A conselheira Marilda pede para esse ponto ser prioridade na APAF. E Humberto esclarece que todos os pontos de GT tem prioridade.

Encaminhamentos:

- ✓ Que a Sra. Regina Abeche seja incluída no grupo que o GT convidará para os debates;
- ✓ Sugerir para a APAF que sejam concretizados a nota técnica e o hot site, nesse ano, no entanto, os Seminários e a Pesquisa sejam agendados para 2014.

ACOMPANHAMENTO DOS GRUPOS DE TRABALHO:

- CREPOP – POLÍTICA INDUTORA.

O presidente Humberto abre o ponto e lê a folha de rosto sobre o ponto.

A conselheira Clara faz a proposta de discutir o tema com as conselheiras do Crepop, para entender o contexto no qual esse GT foi criado.

Encaminhamento:

✓ Realizar Plenária Telefônica Reduzida com a Conselheira Moñalisa ou a Conselheira Márcia para discutir o ponto.

PROJETO DE LEI DA TERCEIRIZAÇÃO.

Encaminhamento:

✓ Realizar Plenária Telefônica Reduzida para discutir o ponto.

DELEGAÇÃO DO CFP PARA A APAF

O presidente Humberto Verona abre a escolha da delegação que vai para APAF.

A conselheira Roseli se coloca a disposição caso algum dos membros da diretoria não possa ir para a APAF.

A Conselheira Clara solicita que sejam convidadas as conselheiras Roseli e Marilda para apresentarem os resultados da pesquisa da Mulher e sobre o tema de Laicidade na APAF.

O conselheiro Aluizio alerta sobre sua preocupação de trazer mais conselheiros para APAF, como convidadas para tratar de temas que a APAF já conhece.

Humberto esclarece que em outras APAFs já foram convidados conselheiros federais como representantes de GT, a exemplo da Adriana Eiko, e a Ana Paula Noronha. Aproveita a oportunidade para esclarecer as regras de convite e participação, conforme o regimento da APAF.

O grupo de conselheiros passa a discutir qual das conselheiras indicadas irá participar. As regras são apresentadas, são três delegados e dois suplentes, a Delegação será composta por Aluizio Brito, Clara Goldman, Deise Nascimento, Humberto Verona, Monalisa Barros, e como convidadas as Conselheiras Roseli Goffman, para tratar do tema da Laicidade e a conselheira Marilda Castelar, para tratar dos resultados da Pesquisa da Mulher e da resolução 018/2002.

A reunião se encerra às 22h e 6 minutos. Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira Secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

1. Humberto Cota Verona _____

2. Clara Goldman Ribemboim _____

3. Monalisa Nascimento dos Santos Barros Monalisa Barros
4. Deise Maria Nascimento Deise Maria do Nascimento
5. Aluizio Lopes de Brito Aluizio
6. Ângela Maria Pires Caniato Ângela Pires Caniato
7. Márcia Mansur Saadallah Márcia Saadallah
8. Roseli Goffmã Roseli Goffmã
9. Celso Francisco Tondin Celso Tondin
10. Ana Paula Porto Noronha Ana Paula Porto Noronha
11. Heloísa Helena Mendonça Massararo Heloísa Massararo
12. Henrique José Leal Rodrigues Henrique José Leal Rodrigues
13. Maria Ermínia Giliberti Maria Ermínia Giliberti
14. Sandra Maria Francisco de Amorim Sandra Maria Francisco de Amorim